

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007837-84.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Kamilla Belan Rodrigues**
 Requerido: **Itau Adminstradora de Consórcio Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

KAMILLA BELAN RODRIGUES ajuizou Ação **DECLARATÓRIA** cc **RESTITUIÇÃO DE VALORES** em face de **BANCO ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, todos devidamente qualificados.

A autora relata em sua inicial que firmou com a instituição financeira ré consórcio para aquisição de um veículo FORD KA S FLEX ingressando no grupo de nº 001794, com a cota 380, possuindo o referido grupo de consórcio uma previsão de 80 assembleias até o término do mesmo. Alega que pagou 03 prestações de R\$ 362,79 e por motivo de não dispor de recursos financeiros deixou de adimplir o restante das parcelas. Assegura que a requerida se nega a reembolsá-la não restando alternativa a não ser propor a presente demanda. Requereu a procedência da ação condenando à administradora ré a restituição e devidas correções. A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citada a requerida apresentou

1007837-84.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação sustentando a impossibilidade de restituição imediata dos valores já pagos, o que deve ocorrer apenas após o término do consórcio, observando as disposições contratuais. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 60/62.

As partes foram instadas a produção de provas e nada requereram, embora a autora tenha peticionado a fls. 69/71. O réu permaneceu inerte (cf. fls. 72).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO, no estado, por se tratar de questão exclusivamente de direito.

Passo à análise do mérito.

Em se tratando de desistência do consumidor em continuar no grupo de consórcio de produtos duráveis, após o pagamento de algumas parcelas, há na Lei 8.078/90 dispositivo específico regulamentando a necessidade da devolução das quantias já pagas. De fato, prescreve o artigo 52, parágrafo 2º que “nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo”.

A matéria relativa ao prazo para restituição dos valores pagos por consorciado desistente foi objeto de decisão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, nos termos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do art. 543-C do Código de Processo Civil, assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.
JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO.
DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS
PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA
DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO.

1. Para efeitos o art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas **não de imediato, e sim até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano.**
2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido (REsp n. 1.119.300 – RS, Rel. Min. Luís Felipe Salomão – Segunda Seção – j. 14.4/2010)

Para que possa a administradora verificar a existência de **prejuízos ao grupo** com a desistência, **mister que ele esteja encerrado**, porque, do contrário, não será possível realizar a compensação prevista na Lei.

Assim, ao contrário do afirmado pela autora, a cláusula atacada não é contrária ao que estabelece a lei protetora do consumo, mas em concordância com ela, porque tem a finalidade de proteger **os que permaneceram no grupo e também são consumidores**.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A devolução deve ocorrer, todavia, com o desconto das taxas de administração e adesão. Também é viável a retenção pela ré dos percentuais inerentes ao seguro de vida que só incidem sobre as contribuições pagas até a data da retirada (a partir de então a incidência é descabida – Apel. 0011326-16.2011 – 12ª C. D. Privado TJSP, j. em 08/05/2013).

Ou seja: a autora tem direito a restituição, mas deve aguardar o encerramento de grupo (que no caso ocorrerá em 34 meses, ou seja, fevereiro de 2019) para que o reembolso se concretize.

É o que fica decidido.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** para **RESCINDIR o contrato firmado entre as partes**; a devolução do montante que a autora desembolsou se dará ao final do grupo consórcio, com o desconto das taxas de administração e adesão e a retenção dos percentuais inerentes a eventual seguro de vida que só incidem sobre as contribuições pagas até a data da retirada. Incide correção monetária a partir dos respectivos desembolsos. Sobre o total, incidirão, ainda, juros somente a partir de vencido o prazo para devolução.

Caso não seja possível na época oportuna a obtenção do valor devido por simples cálculo aritmético, fica aberta a possibilidade de a sentença ser liquidada.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cento). Fixo honorários ao procurador da autora em R\$ 500,00 e ao procurador do réu também em R\$ 500,00, observando ser a autora beneficiária da justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**